

A Lei de Terras e a Reforma Agrária

Desde as capitanias hereditárias, estabelecidas no século XVI, há uma diferenciação em relação à divisão das terras no Brasil. Na segunda metade do século XIX foi estabelecida a **Lei de Terras (1850)** que falava sobre a forma de se possuir terras no Brasil. A partir daquele momento, a terra deveria ser adquirida por meio de sua compra, o que proibia o sistema de sesmarias e a posse de terras devolutas (terras públicas que estão sob domínio particular e que precisariam ser “devolvidas”). Apesar de muito importante, na prática, a Lei de Terras não teve grande efeito sobre a desigualdade da distribuição das terras brasileiras. Podemos dizer que a Lei, inclusive, contribuiu para essa desigualdade, pois apenas as pessoas que já possuíam dinheiro eram capazes de adquirir mais porções de terra, mantendo a população mais pobre longe da possibilidade de compra e se vendo submetida ao trabalho nas grandes fazendas.

A **Reforma Agrária** refere-se a um grupo de medidas que têm o objetivo de redistribuição das propriedades rurais de modo mais justo e igualitário. Trata-se de, para além de se redistribuir as terras, investir em políticas públicas que visem a melhora da vida no campo a partir do oferecimento de serviços básicos de saúde, moradia e educação dos cidadãos de modo que possam produzir com dignidade. Durante a Ditadura Militar (1964-1984) houve a criação do Estudo da Terra, que tinha o objetivo de atingir a reforma agrária e desenvolver a agricultura no país. Porém, quando foi implementado houve grande estímulo econômico para culturas de exportação e mecanização do campo, o que favoreceu os latifúndios, deixando a questão da Reforma Agrária sem grandes avanços.

No período de redemocratização (a partir da década de 1980), movimentos sociais no campo começaram a surgir, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o objetivo de pressionar o governo para a realização da reforma agrária. Entre suas ações estão as passeatas, os protestos, a ocupação de terras improdutivas, o acampamento em beiras de estrada e etc. Com o passar do tempo, alguns assentamentos têm sido realizados ao longo dos governos, mas esses assentamentos precisam vir acompanhados de outras políticas, como a construção de estradas para escoamento da produção, créditos ao produtor, rede de energia elétrica, esgoto, escolas, postos de saúde e etc. para que os produtores rurais tenham maior capacidade de desenvolver sua produção com qualidade de vida.

(Autoria: Jéssica Cecim)

Assentamentos: conjuntos de unidades agrícolas instaladas pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde havia uma propriedade improdutiva.

A partir das discussões levantadas em aula e do texto acima, responda:

- 1) Quais são as origens da concentração fundiária no Brasil? Justifique sua resposta.
- 2) Quais são as principais diferenças entre a agricultura familiar e a agricultura não-familiar (também chamada de "patronal" por existir um "patrão")?
- 3) Qual é a relação entre a concentração fundiária no Brasil e a Reforma Agrária?
- 4) Na sua opinião e baseado nas discussões levantadas em sala de aula, por que a criação de políticas governamentais que incentivem e auxiliem os pequenos produtores rurais é importante?